

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 2.285/01/CE

Recursos de Ofício: 40.110103103-71, 40.110101003-18, 40.110101021-32,
40.110101019-77, 40.110101025-40, 40.110101024-77,
40.110101023-96, 40.110101022-13, 40.110101027-01,
40.110101026-21, 40.110101018-96, 40.110101017-13,
40.110101016-32, 40.110101015-51, 40.110101014-89,
40.110101012-25, 40.110101011-44, 40.110101009-89,
40.110101008-06, 40.110101007-25, 40.110101006-44,
40.110101005-63 e 40.110101004-91

Recorrente: 3ª Câmara de Julgamento

Recorrida: Transportadora Stallone Ltda

Advogado/Recorrida: Benedito Carlos Ribeiro

PTA/AI: 02.000135195-45 - 02.000135199-61 - 02.000141521-31
02.000141507-23 - 02.000141511-42 - 02.000141502-35
02.000135153-37 - 02.000141522-11 - 02.000141495-04
02.000141512-23 - 02.000103105-10 - 02.000135161-63
02.000135155-82 - 02.000135180-69 - 02.000135183-01
02.000135177-21 - 02.000135170-71 - 02.000135166-51
02.000135164-06 - 02.000141490-16 - 02.000141493-51
02.000135189-72 - 02.000141525-48

Ins. Est.: 864.816833-0037

Origem: AF/III Uberaba

Rito: Sumário

EMENTA

Prestação de Serviço de Transporte Rodoviário de Cargas – CTRC – Falta de Destaque do ICMS - Mercadoria Destinada à Exportação - Evidenciado nos autos que as prestações de serviço de transporte, objeto do trabalho fiscal, iniciaram neste Estado e encerraram-se em território nacional, restou provado tratar-se de prestações de serviço transporte interestaduais, sendo devidas as exigências fiscais. Acatadas as argumentações da defesa, sendo considerado pelo Fisco o crédito presumido de 20%, nos termos do art. 75, inciso VII do RICMS/96. Exigências fiscais parcialmente mantidas. Decisão reformada.

Recursos de Ofício Providos. Decisão pelo voto de qualidade.

RELATÓRIO

Versam as autuações sobre a falta de destaque de ICMS em prestações de serviços de transporte interestaduais, realizadas nos exercícios de 1997 a agosto de 1998, vinculadas a operações que destinavam mercadorias ao exterior.

Lavrados Autos de Infração exigindo ICMS, MR e MI (prevista no art. 54, inciso VI, da Lei 6763/75.)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

As decisões consubstanciadas no acórdão n.º 13.560/99/3ª, pelo voto de qualidade, cancelou as exigências fiscais constantes dos Autos de Infração.

DECISÃO

Superada, de plano, a condição de admissibilidade capitulada no art. 139 da CLTA/MG, revela-se cabível o reexame da decisão, de ofício.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 155, a competência para os Estados e o Distrito Federal instituírem o ICMS, nos seguintes termos:

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II- operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte **interestadual e intermunicipal** e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (grifo)

De imediato, verifica-se que o campo de incidência do ICMS não alcança as prestações de serviços de transporte internacionais. Assim, aquelas prestações que, de fato, destinem diretamente mercadorias ao exterior estarão forçosamente contempladas por esta norma constitucional, de forma excludente.

Por sua vez, a Lei Complementar 87/96 tratou explicitamente da matéria relativa às desonerações de ICMS na exportação de produtos e serviços.

Art. 3º O imposto não incide sobre:

...

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

Art. 32. A partir da data de publicação desta Lei Complementar:

I - o imposto não incidirá sobre operações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, bem como sobre prestações de serviços para o exterior;

Pela interpretação do artigo 3º, inciso II, transcrito acima, conclui-se que o ICMS não incide sobre: operações que destinem ao exterior mercadorias; e prestações que destinem ao exterior serviços, considerando serviços os de comunicação, uma vez que os de transporte, de acordo com a Constituição Federal, não estão contidos no campo de incidência do imposto.

Conclui-se, pela leitura dos 2 (dois) dispositivos retro citados, que a Lei Complementar ratificou a disposição constitucional que não previa incidência de ICMS nas prestações de serviço de transporte internacionais.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Código Tributário Nacional (CTN) prevê a forma de interpretação da legislação tributária para casos específicos.

Art. 111 - Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - outorga de isenção;

III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Verifica-se, pois, que nos casos de moratória (suspensão da exigibilidade do crédito tributário), isenção e anistia (exclusão do crédito tributário), a legislação tributária deve ser interpretada literalmente.

Depreende-se, como objetivo para a literalidade citada, o fato de que esses “benefícios” devem ser concedidos de maneira tal, com a legislação redigida de forma explícita e clara, que não restem dúvidas quanto às condições para a concessão e, principalmente, não restem dúvidas quanto ao seu alcance.

Sem adentrar em delongas doutrinárias relativamente às distinções existentes entre imunidade, não incidência e os institutos contemplados pelo dispositivo supra do CTN, entende-se que todos têm o objetivo comum de evitar que haja tributação sobre o fato gerador específico.

Conclui-se, pois, que, por analogia, o tratamento de interpretação dado às situações previstas no artigo 111 deva ser estendido, também, por coerência, ao instituto constitucional da imunidade tributária e ao instituto da não incidência do imposto.

Desta forma, os dispositivos citados e transcritos, relativos à desoneração do ICMS nas operações e prestações que destinem mercadorias ao exterior, devem ser interpretados literalmente.

A redação do artigo 3º, inciso II da Lei Complementar 87/96 prevê a não incidência do ICMS sobre as operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias ou serviços.

O artigo 32, inciso I do mesmo diploma legal estabelece, também de forma explícita, que o ICMS não incidirá sobre as prestações de serviços para o exterior.

Evidencia-se, das prestações de serviço de transporte referentes aos PTA's sob análise, que todas encerraram-se em outra unidade da Federação, não se caracterizando, pois, como prestações de serviço de transporte internacional, prestações essas não contidas no campo de incidência do imposto.

A alíquota para as prestações de serviço de transporte que destinam mercadorias a outra unidade da Federação para serem exportadas em etapa subsequente, está prevista no § 6º do artigo 43 do RICMS/96, a qual foi corretamente utilizada pelo Fisco.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

As bases de cálculo das prestações em epígrafe foram reformuladas, reduzindo 20% do ICMS exigido, a título de crédito presumido, nos termos do art. 75, inciso VII, do RICMS/96.

As prestações ora enfocadas caracterizam-se como prestações **interestaduais**, vez que tiveram início em Minas Gerais e término em São Paulo, no terminal da FEPASA.

A prestação de serviço de transporte realizada em território nacional, ainda que vinculada à exportação de mercadorias, não configura hipótese de isenção estabelecida em Lei Complementar.

Restando plenamente caracterizadas as infringências à legislação tributária, legítimas são as exigências fiscais constantes das reformulações dos créditos tributários efetuadas pelo Fisco, devendo, por conseguinte, ser reformada a decisão recorrida.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CC/MG, pelo voto de qualidade, em dar provimento aos Recursos de Ofício, restabelecendo as exigências fiscais aos valores constantes das reformulações dos créditos tributários efetuadas pelo Fisco. Vencidos os Conselheiros: Antônio César Ribeiro (revisor), Windson Luiz da Silva e Francisco Maurício Barbosa Simões, que negavam provimento aos mesmos. Participaram do julgamento, os Conselheiros retro mencionados, os signatários e o Conselheiro Roberto Nogueira Lima.

Sala das Sessões, 16/04/01.

José Luiz Ricardo
Presidente

Aparecida Gontijo Sampaio
Relatora

AGS/G